

Coleção  
**Eduardo Espínola**

**Rafael Stefanini Auilo**

**O MODELO  
COOPERATIVO DE  
PROCESSO CIVIL  
NO NOVO CPC**

CONFORME  
NOVO  
**CPC**

**2017**

 **EDITORA**  
*Jus* **PODIVM**  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

• E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

---

M689 Auilo, Rafael Stefanini  
O modelo cooperativo de Processo Civil no novo CPC / Rafael Stefanini Auilo –  
Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.  
208 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-1416-9.

1. Direito processual civil. I. Auilo, Rafael Stefanini. II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

**SUMÁRIO****Capítulo I**

INTRODUÇÃO.....	17
-----------------	----

**Capítulo II**

A INSTRUMENTALIDADE COMO FUNDAMENTO DE UM PROCESSO CIVIL COOPERATIVO.....	25
---	----

1. Os escopos sociais do processo civil e a busca por uma solução justa .....	28
2. Escopos políticos e participação do sujeito do processo.....	33
3. Escopo jurídico e a justa aplicação da lei ao caso concreto .....	35
4. O modelo processual civil brasileiro.....	36
4.1. O modelo isonômico, simétrico ou adversarial .....	38
4.2. O modelo hierárquico, assimétrico ou inquisitivo .....	41
4.3. A escolha brasileira.....	45
5. A colaboração como um novo modelo de estrutura do processo	48

**Capítulo III**

AS BASES DO PROCESSO CIVIL COOPERATIVO .....	55
--	----

6. Ética do processo .....	57
7. Lealdade processual .....	60
8. Boa-fé processual.....	63
9. Dever de veracidade.....	66
10. Dever de esclarecimento.....	71
10.1. Das partes (dever de informação recíproca) .....	71
10.2. Do juiz .....	78
11. Dever de consulta e princípio do contraditório .....	81

12. Dever de prevenção.....	85
13. Dever de auxílio.....	87

#### Capítulo IV

### O PROCESSO COOPERATIVO NA FASE POSTULATÓRIA E A FORMAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DO OBJETO DO PROCESSO ... 89

14. A apresentação da demanda ao Judiciário .....	89
15. O réu contumaz .....	93
16. A (quase) estabilização definitiva da demanda .....	94

#### Capítulo V

### O PROCESSO COOPERATIVO NA FASE ORDINATÓRIA E O SANEAMENTO COMPARTILHADO..... 99

17. A participação dos sujeitos do processo na delimitação do <i>thema probandum</i> .....	106
17.1. O (importante) papel da oralidade.....	108
18. A repartição dos encargos probatórios – o ônus da prova no processo civil cooperativo .....	115

#### Capítulo VI

### O PROCESSO COOPERATIVO NA FASE INSTRUTÓRIA E A COLABORAÇÃO DAS PARTES NA BUSCA POR UMA SOLUÇÃO “JUSTA, PARTICIPATIVA E EFETIVA”..... 123

19. Direito à participação no processo (ampla defesa e contraditório).....	126
20. Limites ao direito de participação e dever de veracidade .....	128
21. A colaboração na busca da verdade .....	130
21.1. A <i>disclosure/discovery</i> como um instrumento na consecução desse fim.....	133
22. Limites à colaboração.....	141
23. O modelo cooperativo em matéria probatória: dever ou ônus da parte?.....	148
24. Consequências em razão do desrespeito à colaboração intersubjetiva.....	155
24.1. Multa por litigância de má-fé e medidas coercitivas.....	155

24.2. Antecipação dos efeitos da tutela (tutela antecipada sancionatória).....	159
24.3. Presunções e o valor probatório da conduta processual das partes.....	162
24.4. Responsabilidade por eventuais prejuízos .....	166
24.5. Extinção do feito sem resolução do mérito .....	168

## **Capítulo VII**

<b>A ATUAÇÃO DEFINITIVA DO JUIZ NA BUSCA POR UMA SOLUÇÃO “JUSTA, PARTICIPATIVA E EFETIVA” – A FASE DECISÓRIA .....</b>	<b>173</b>
--	------------

25. Uma mudança de paradigma da atuação jurisdicional e a cooperação na fase decisória.....	174
26. Verdade e coisa julgada.....	177

## **Capítulo VIII**

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>181</b>
-----------------------	------------

## **Capítulo IX**

<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>195</b>
--------------------------	------------